

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Ligia Regina da Silva Rocha

**Virada Cultural e a revitalização do espaço público no
Centro Histórico da Cidade de São Paulo**

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Virada Cultural e a revitalização do espaço público no Centro Histórico da Cidade de São Paulo

Ligia Regina da Silva Rocha

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Gestão de Projetos Culturais e
Organização de Eventos

Orientador: Prof. Dr. Danilo Oliveira

São Paulo
2020

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Danilo Oliveira, pela paciência e carinho indispensáveis para a construção deste artigo.

Aos entrevistados, que cederam seu tempo e relatos acerca de suas trajetórias profissionais.

.

Virada Cultural e a revitalização do espaço público no Centro Histórico da cidade de São Paulo

Ligia Regina da Silva Rocha¹

Resumo: Propõe-se analisar o evento Virada Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e identificar em uma perspectiva contemporânea de ocupação do Centro Histórico de São Paulo a sua potencialidade à revitalização do espaço público a partir da experiência de agentes culturais da Prefeitura da Cidade de São Paulo e sociedade civil avaliação de seus instrumentos de monitoramento da política.

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais. Eventos de Rua. Virada Cultural. Centro Histórico de São Paulo. Ocupação do Espaço Público.

Abstract: When analyzing the craft and finding difficulty in understanding the labor market for the actor in the city of São Paulo, this article investigates the functioning of this market from the perspective of the artist's professional ethics, based on aspects such as regulation, career management and values , establishing relations between the artistic market, regulatory bodies and professional schools in the city of São Paulo.

Key words: Cultural Public Policies. Street events. Cultural turn. Historic Center of São Paulo. Occupation of Public Space.

Resumen: Se propone analizar el evento Virada Cultural de la Secretaría Municipal de Cultura e identificar, en una perspectiva contemporánea de ocupación del Centro Histórico de São Paulo, su potencial para revitalizar el espacio público a partir de la experiencia de los agentes culturales de la Ciudad de São Paulo y evaluación de la sociedad civil de sus instrumentos de seguimiento de políticas.

Palabras clave: Políticas Públicas Culturales. Eventos callejeros. Giro cultural. Centro Histórico de São Paulo. Ocupación del espacio público.

¹ Produtora Cultural, Pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos (CELACC USP), Graduada em Tecnologia de Produção Cultural pela Faculdade Metropolitanas Unidas. Professor Orientador Dr. Danilo Oliveira.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar o potencial da Virada Cultural na perspectiva dos artistas que participaram em edições anteriores e do Núcleo de Curadoria e Programação da Secretaria Municipal de Cultura.

A Virada, objeto de análise desta pesquisa, constitui-se em uma grande festa, que visa proporcionar aos cidadãos uma quebra com a dimensão cartesiana da vida através do estímulo ao convívio social e contato com as mais variadas manifestações artísticas, gratuitamente, e em todas as linguagens, sobretudo a música. Para além disso o evento durante 24 horas consegue reverter o esvaziamento da cidade, especialmente da região do Centro Histórico que geralmente encontra-se inóspito fora do horário comercial nos outros dias do ano.

As motivações desta pesquisa partem primeiramente pelo fato da Virada ser um evento que possui dentre muitas funções ser democrático e atuar como elemento articulador de direito à cidade, meio pelo qual é possível atingir a vivência urbana por completo.

Segundo é que a Virada Cultural da cidade de São Paulo, assim como outros eventos culturais que se propõe a ocupar o espaço público também estimula a criação de um território fértil para as manifestações de disputa, pois existe o conflito entre a ordem e a desordem que fazem da cidade palco e objeto de disputas de narrativas, sobretudo porque trazem consigo a luta pelo direito à vida urbana, à centralidade dada pelas redes de comunicação, trocas, memórias e afetos.

Participaram de entrevista semi estruturada Gabriela Fontana Junqueira Pereira, Coordenadora Geral da Virada Cultural e do núcleo de Programação da Secretaria Municipal de Cultura, e Rodolfo Vásquez, ator, dramaturgo, diretor e fundador da Companhia de Teatro Os Satyros que trouxeram suas percepções sobre a potência da Virada enquanto fenômeno social capaz de revitalizar o espaço público e o modo como o cidadão passa a se relacionar com o meio urbano.

Os autores Milton Santos em *Por uma geografia nova* (1978) Henri Lefebvre em *O direito à cidade* (2008) foram mobilizados para debater o conceito de direito à cidade e identificar como se dá a ocupação do espaço público em

uma perspectiva contemporânea e as considerações destes autores sobre o espaço compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções.

O sociólogo francês Henri Lefebvre em seus livros *A vida cotidiana no mundo moderno* (1991) e *A produção do Espaço* (2006) também foi mobilizado para analisarmos o conceito de Festa e as formas de ocupação efêmera na construção de novas narrativas e a cidade enquanto obra.

Márcia Sant'Anna também destaca a festa enquanto fenômeno sociocultural inerente às sociedades humanas, relacionada à história, à economia e até mesmo às relações de poder essenciais para a compreensão das perspectivas possíveis para o objeto da presente pesquisa e para ampliar a perspectiva de estudos sobre a festa enquanto fenômeno social de rua, o autor Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira contribuiu com seu artigo recente *Carnaval de rua de São Paulo: disputas e representações* (2019).

Para aprofundar o debate sobre a questão urbana e a relação entre cidade e cultura, a autora Vera Palamin também contribuiu como referência em sua obra *A Cidade e a Cultura: esfera pública e transformação urbana* (2002).

Os autores Adailson Pinheiro Mesquita e Roberto Da Matta contribuíram em suas análises sobre o conceito de rua enquanto cenário de representações simbólicas, e para a compreensão das linhas de pensamento acerca das manifestações culturais no espaço urbano Mikhail Bakthin e Jorge Edgardo Sapia foram referenciados.

Além da bibliografia básica e complementar, documentos públicos como o Estatuto da Cidade para acessarmos a legislação urbana e direito à cidade e Caderno de Consulta Pública: Plano Municipal de Cultura de São Paulo (2016) para compreender a concepção da Virada enquanto política pública de acesso foram consultados.

Para a compreensão do conceito de requalificação direta e indireta do espaço público Kevin Lynch foi referenciado e para abordarmos mais especificamente sobre a Virada Cultural e o seu impacto na ressignificação do centro da cidade a tese de mestrado de Larissa Francez Zarpelon (2013) *A Virada Cultural como instrumento de requalificação do Centro Histórico de São Paulo* foi utilizada.

1. O Espaço público: relações urbana e social

O presente capítulo busca conceituar algumas ideias sobre espaço público, propostas por alguns teóricos e a relação com o meio urbano bem como as apropriações que vão muito além da morfologia.

Essa relação está vinculada a aspectos físicos, naturais e/ou construídos, caracterizados pelo desenho de formas, que, muitas vezes, além de representarem os espaços públicos a que se destinam, passam a corresponder à imagem de determinado lugar, cidade, região ou país. Contudo é fundamental o reconhecimento da presença de aspectos socioeconômicos inerentes à construção destas formas sobretudo suas e significações (MENDONÇA, 2007, p.28).

De acordo com Eneida Maria Souza Mendonça (2007) em sua pesquisa sobre apropriações do espaço público, considera que, a forma do ambiente urbano se encontra necessariamente relacionada às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções. Estes, por sua vez, independente das relações que estabeleceram na ocasião da definição e construção do ambiente urbano, se manifestam novamente, de maneira semelhante ou não, quando da apropriação do lugar (MENDONÇA, 2007).

Milton Santos, considera o espaço como totalidade, ou seja, um conjunto de relações estabelecidas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente e é resultado e condição dos processos sociais. Portanto, além de instância social que tende a reproduzir-se, existe uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as

relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

O Sociólogo Henri Lefebvre estabelece uma distinção entre prática espacial, representações de espaço e espaços de representação (Lefebvre, 1974: 42-43 e 48-49). A prática espacial corresponde ao espaço percebido, o mais próximo à vida cotidiana e aos usos diversos, os lugares e conjuntos espaciais próprios de cada formação social, o cenário em que cada ser humano desenvolve as suas competências como ser social situado num determinado tempo e lugar. São essas práticas espaciais que segregam o espaço que praticam e fazem dele espaço social. No contexto de uma cidade, a prática espacial remete para o que ocorre nas ruas e nas praças, para os usos que estas recebem por parte dos habitantes. Por outro lado, os espaços de representação são os espaços vividos, aqueles que envolvem os espaços físicos e lhes sobrepõem sistemas simbólicos complexos, codificando-os e convertendo-os em moradas de imagens e imaginários (LEFEBVRE, 1974).

Sobre o estudo das ruas, este se apresenta com relevância em muitos aspectos, principalmente porque não se pode conceber uma cidade sem as mesmas. Os múltiplos encontros realizados nas cidades são mantidos e nutridos pelas trocas, que estabelecem as relações sociais. Logo, a rua passa a ser o espaço de muitas representações da sociedade.

Na ótica dos urbanistas, por exemplo, as ruas ligam os múltiplos pontos de interesse particular ou semipúblico, formando o que Santos chama de uma rede de canais livres e de propriedades coletivas. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma, pois servem de suporte ao deslocamento de pessoas, veículos, mercadorias, informações (1988:91). O autor nos fala ainda das multiplicidades da rua com suas inúmeras funções e apropriações como suporte não só da arquitetura, que por si só é obra das relações humanas, mas também como local de encontro. (Cabral, 2005)

Lefebvre (1999), em seu livro *A Revolução Urbana*, apresenta argumentos favoráveis e contrários à dinâmica da rua. O autor afirma que a rua é mais que um lugar de passagem e circulação e argumenta em sua análise que com a invasão dos automóveis destruiu-se toda a vida social e urbana, impedindo que a rua fosse o local do encontro. Para ele, o encontro espontâneo proporciona sentido à vida urbana. O autor questiona o tipo de encontro que ali poderia ser estabelecido uma vez que o

indivíduo caminha lado a lado com o outro, não existe o encontro. A rua, nesse aspecto, converte-se numa rede organizada e pautada pelo consumo.

Para alguns autores da Geografia, a rua é vista como uma dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, sobretudo, nas ruas se tornam perceptíveis às formas de apropriação, nelas se afloram as diferenças e as contradições que envolvem o cotidiano, e se revelam como elemento importante de análise da sociedade (MESQUITA, 2008).

Anterior à contemporaneidade, os logradouros públicos podem ter sido evitados pela aristocracia, para darem lugar às classes menos favorecidas, uma vez que a estratificação social sempre existiu. Porém não se podia impedir que as pessoas circulassem pelos espaços públicos (DA MATTA, 2000).

É a partir da retificação das ruas, projetadas por meio das ações urbanísticas a fim de atenderem às novas necessidades das cidades, que as mesmas passaram, então, a ser “obra” da classe dominante sendo por ela utilizadas (MESQUITA, 2008).

Para Saldanha, a rua possui a mesma essência da praça, sendo aberta, ela é épica e histórica. Em sua análise sobre a rua, o autor aponta que:

(...) a vivência da praça por parte das classes altas terá sido sempre diversa da vivência por parte das classes baixas: a construção mesma dos “logradouros” foi sempre obra das classes dominantes. (1993:22)

Nessa perspectiva, as ruas passaram a ser construídas com determinados propósitos: como local de festejos e cerimônias, pois tinham como função servir de espaço público, onde era comum a convivência social, por onde as pessoas passeavam tranquilamente e faziam dela um espaço de lazer (CABRAL, 2005).

2. O centro histórico de São Paulo

Circulam pelo Centro de São Paulo milhares de pessoas que transitam pelas ruas e por seus diversos estabelecimentos, sejam comerciais, bares, restaurantes, empresas, equipamentos culturais, entre outras, o que permite a compreensão do termo “revitalização” utilizado em relação a essa região da cidade (ZARPELON, 2011).

O centro histórico de São Paulo corresponde à região onde a cidade foi fundada, em 25 de janeiro de 1554, pelos padres jesuítas, constituída pelos distritos

da Sé e República. Nele, se encontra a maior parte dos edifícios emblemáticos da cidade que apresentam a narrativa da história de São Paulo por meio de suas construções, manifestações concretas das transformações pelas quais passou uma vila que em 1872 tinha pouco mais de 30 mil habitantes e era restrita ao Triângulo Histórico (cujos vértices são o Mosteiro de São Bento, a Igreja de São Francisco e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo) até se converter na atual metrópole com cerca de 12 milhões de habitantes.

Entretanto as ruas do centro embora muito pulsante durante o dia o esvaziamento populacional se manifesta fora do horário comercial, em função da mudança de seu perfil econômico, social e cultural ao longo das últimas décadas (ZARPELON, 2011).

Sobre a importância das festas, para Bakhtin as manifestações culturais promovem um encontro entre a cidade e os anseios de seus cidadãos. O autor compreende a festa enquanto característica inerente à civilização humana, cuja possibilidade de destruição é improvável (BAKHTIN 1987).

As festas são movimentos coletivos com capacidade de abrir frestas pelas quais se constroem outras narrativas que promovem memórias sobre a cidade e sobre os laços que os cidadãos estabelecem com seus territórios ou com seus bairros (SAPIA, 2016, p. 83)

As festividades são uma marca que fundamenta a civilização (BAKHTIN, 1987, pg.7), que sempre tiveram um conteúdo essencial referente à concepção de mundo que exprimem, sobretudo, acerca do “tempo natural (cósmico), biológico e histórico” (BAKHTIN, 1987, p. 8). Nesse sentido, as festividades estão sempre ligadas ao seu tempo.

A festa é um fenômeno sociocultural inerente às sociedades humanas, relacionada à história, à economia e até mesmo às relações de poder. Márcia Sant’Anna (2013) adverte que é preciso observar os ritos festivos enquanto “fatos sociais totais”, dado o seu caráter coletivo e por atravessar processos políticos, sociais, econômicos e culturais. A festa, também marca sempre um momento de ruptura da vida cotidiana, instaurando um novo tempo no qual os elementos de identidade e pertencimento são reforçados. Sobretudo, é no ritual coletivo que a sociedade tem a possibilidade de criar uma imagem de si mesma. (TEIXEIRA, 2019, p.10).

3. Direito à cidade

A ideia do direito à cidade nasce conforme propõe David Harvey, das próprias ruas, dos bairros, como um grito desesperado de pessoas oprimidas. Além disso, o direito à cidade deve ser entendido como um direito coletivo que diz respeito ao direito de mudar e reinventar o espaço urbano de acordo com os anseios dos cidadãos. Nas palavras do autor: "A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados." (HARVEY, 2014, p. 28).

Na visão de Lefebvre (2006), "a cidade é uma mediação entre as várias mediações" (p. 52), pertence a uma "realidade cultural". O caráter público dos espaços da cidade depende dos usos que se faz. Nesse sentido, é a presença humana que produz o espaço urbano. Evidentemente, esse argumento não se refere tanto à produção material e à dimensão física da cidade, mas das concepções simbólicas desse universo. Segundo o autor, a presença humana nos espaços urbanos é condição para a realização da dimensão pública da cidade. Os corpos se relacionam com os espaços públicos, com a cidade.

Henry Lefebvre destaca o conceito de direito à cidade em sua publicação de livro "O Direito à Cidade", no contexto do final dos anos 60 que mobilizou os movimentos estudantis de seu país. Lefebvre destacava a "morte" da cidade e de seus espaços de convivência, marcada por um movimento de expulsão do proletariado à periferia. Seria então necessário construir uma nova cidade, "sobre novas bases", sendo o direito à cidade uma reivindicação pelo "direito à vida urbana, transformada, renovada".

A partir do final do século XX os movimentos urbanos passam a reivindicar uma nova forma de se pensar a cidade como desdobramento de um processo democrático. É também nessa perspectiva que o direito à cidade, passa a ganhar evidência na América Latina, contudo o conceito não possui uma definição única, concreta e objetiva, pois a disputa de narrativa entre os movimentos permanece em discussão. Questiona-se se estaria em um dos eixos dos direitos humanos, se seria um direito transindividual, coletivo ou difuso.

As entrevistas foram direcionadas para um grupo de nove atores, sendo cinco homens e quatro mulheres, com faixa etária entre 25 e 45 anos, todos com formação

na área. Um deles possuía licenciatura; dois possuíam formação técnica; cinco, formação técnica, acompanhada de licenciatura e bacharelado; o último, formação técnica, bacharelado e especialização lato sensu. Todos os entrevistados contavam com mais de dez anos de atuação profissional na cidade de São Paulo e foram caracterizados como ator A, ator B, ator C e assim por diante, a fim de manter o anonimato.

(...) a mobilização de suas premissas resultou em vitórias significativas para os movimentos que impulsionaram a pauta do direito à cidade para a centralidade do debate da Política Urbana como a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988, e que seriam regulamentados mais de uma década depois, a partir também de grande mobilização social, por meio do Estatuto da Cidade (lei federal 10.257/2001).

Destacamos o papel da ocupação dos espaços públicos como espaço de reivindicação de direitos da população ganha centralidade especialmente em 2013 quando milhares de pessoas saem às ruas para reivindicar dentre as muitas bandeiras, o direito à cidade, o que culminou na criação de novas mobilizações sociais na cidade a partir de uma diversidade de olhares, narrativas e formas de representação, como de grupos de arte e cultura e coletivos urbanos. O espaço público gradualmente se transformando em espaços de encontro e de convivência.

Em São Paulo é evidente a crescente adesão da população a iniciativas de ocupação da rua, como com a conhecida Virada Cultural na qual será aprofundada nos próximos capítulos.

4. A Virada Cultural e a requalificação do espaço público

A Virada Cultural é um evento criado para refletir o espírito tipicamente paulistano de uma cidade que “nunca para”, com 24 horas de evento, a Virada visa oferecer atrações culturais para pessoas de diversas faixas etárias, classes sociais e gostos. Com foco na ocupação do Centro da cidade, o evento atualmente conta com uma programação diversa distribuída em diversos pontos da cidade inclusive nas regiões descentralizadas nas macrorregiões.

A Virada busca sobretudo promover a convivência nos espaços públicos, convidando a população a se apropriar desses locais por meio da arte, nas mais variadas linguagens e expressões artísticas.

Criada em 2005, a Virada Cultural atrai milhares de pessoas de todas as partes da cidade de São Paulo e do Brasil até a região central da cidade.

Ao longo dos anos, o evento foi se difundindo por este perímetro, incorporando a região da Luz, República e do Anhangabaú, além da rede municipal de equipamentos, incluindo os Centros Educacionais Unificados (CEUs) -, a organização da Virada também conta com parceiros estratégicos como Sesc, Instituto Moreira Salles, Instituto Tomie Othake, Japan House e o Governo do Estado, que aderem ao evento em suas redes de equipamentos culturais (Caderno de Consulta Pública: Plano Municipal de Cultura de São Paulo, 2015).

A Virada é anunciada como uma oportunidade única para os munícipes ocuparem o Centro Histórico para o lazer, já que esta área é comumente vista como decadente e perigosa por boa parte da classe média da cidade.

Apesar da rápida adesão da população e do número de turistas que é capaz de atrair, o foco na Virada Cultural proposto por este trabalho advém de algumas características particulares: é um evento singularmente democrático, pois todas as atividades são ofertadas gratuitamente, no espaço público ou em instituições abertas ao público, oferecendo uma programação diversa e abrangente de atrações, das populares às eruditas, com o intuito de tornar o Centro da cidade conhecido e usufruído por seus cidadãos. Portanto é possível observar o desenvolvimento de uma grande festa que, tendo bases para continuidade no tempo, pode vir a se constituir parte da cultura local, ou mesmo nacional, configurando-se como patrimônio imaterial da cidade de São Paulo (ZARPELON, 2013).

Com o passar dos anos a Virada Cultural consolida a sua importância no meio urbano e social devido às suas intenções de incentivar a reocupação das ruas do Centro em horários de esvaziamento através da ocupação cultural com o objetivo de revitalizar e requalificar o espaço público.

De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) o direito à cidade está intrinsecamente relacionado à garantia dos direitos culturais. Portanto as cidades e espaços públicos são privilegiados da elaboração cultural e que constituem os âmbitos da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto torna possível o desenvolvimento humano e integral (Agenda 21 da Cultura, 2004).

A ocupação do espaço público quando estimulada através da cultura é capaz de ampliar as possibilidades de relação e vínculo do indivíduo com espaço urbano:

(...) a apropriação dos espaços públicos, que muito se dá espontaneamente, pode também ser promovida e estimulada, mediante um convite a um olhar diferente ou incentivos a formas inusitadas de utilização, o que contribuiria para a desmistificada mudança da imagem que se tem da região central (ZARPELON, 2013).

Portanto as iniciativas culturais podem ser consideradas um atrativo convite para que as pessoas passem a olhar o Centro de São Paulo de outra forma, como uma opção de lazer e convivência.

Acerca da Virada Cultural, é possível afirmar a sua potencialidade na ressignificação das formas de convivência no espaço público, e essa experiência conduzida através das manifestações artísticas permite o acesso a novas perspectivas à medida em que a arte enquanto estímulo é capaz de transpassar as subjetividades do indivíduo:

“[...] Eventos de ocupação efêmera são extremamente potentes para ressignificar o espaço público. Eu constato isso de várias formas. Uma das formas é a maneira como a cidade mudou o seu olhar sobre o centro de São Paulo a partir da Virada Cultural, outra, é a maneira como as pessoas, né? que vivem no espaço da cidade, como elas passaram a olhar as ruas, as praças de outra forma, também depois do ressurgimento do Carnaval como um fenômeno de rua em São Paulo. Isso por quê? Porque elas passam a ter relações emocionais diferentes com o espaço público. Elas experimentam prazer, de cultura, de arte em espaços que normalmente são pensados apenas como espaços de passagem ou de utilização para um fim específico e muito ordinário. Então quando você começa a ocupar o espaço de forma mais criativa, de forma mais emocional, as pessoas também se relacionam com o espaço de outra forma.” (VASQUEZ, Rodolfo. Entrevista concedida a Ligia Regina da Silva Rocha em 19 set. 2020)

Quanto ao papel da cultura como instrumento de requalificação dos espaços públicos, via de regra tem sido muito utilizada com a finalidade de ressignificar as áreas urbanas problemáticas. Quando utilizada para fins de requalificação, as iniciativas culturais objetivam, entre outras coisas, retomar (ou reforçar) uma função do espaço público tão antiga quanto a própria história da cidade que envolve camadas de encontro, lazer e celebração. (ZARPELON, 2013, p.41).

Para Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1969, p. 123), a dimensão lúdica no centro urbano é capaz de trazer o “movimento, o imprevisto, o possível e os encontros”: é o espaço público transformado no “teatro espontâneo” da vida. A arte, por sua vez, tem papel fundamental para o desenvolvimento do lúdico na cidade.

“ [...] a cultura é responsável pelo espaço simbólico da cidade. Não apenas o espaço físico, mas o espaço simbólico, e como ela pode interferir no espaço simbólico é bem interessante. Vou pegar o caso da praça Roosevelt, é quando nós Satyros, chegamos na praça em 2000, há 20 anos. A praça era um lugar que estava atrelado a criminalidade, a violência, ao tráfico...A morte! Ao assassinato inclusive, e através da chegada do Satyros e de outras companhias teatrais como o Parlapatões, e outros artistas, muito rapidamente a cultura foi transformando essa região. E fisicamente o espaço era o mesmo, mas simbolicamente o espaço passou a ser visto como um espaço de cultura, de encontro, de arte e de democracia e liberdade [...]” (VASQUEZ, Rodolfo. Entrevista concedida a Ligia Regina da Silva Rocha em 19 set. 2020).

A requalificação direta, ou estrutural, é um processo posterior a requalificação indireta que são as iniciativas culturais propriamente ditas, pois têm como principal objetivo aumentar a frequência nestes lugares, mediante um atrativo cultural, para, a partir daí, despertar no cidadão o conhecimento e a consciência do patrimônio, contribuindo para a ampliação de seus mapas mentais e afetivos da cidade em que vive (LYNCH, 2011).

“ [...] Eu acho que a Virada, e não só a Virada, como qualquer outra iniciativa cultural na região central é de extrema importância para revitalização, assim...Então eu acho que quanto mais a gente fizer, quanto mais a gente ocupar, as chances do espaço ressignificar e requalificar é muito grande.[...] Eu vejo o centro histórico revitalizado, desde que haja um movimento cultural ali incentivado, sabe? É...Eu acho que é uma questão de tempo, assim. Mas tem que começar uma política mais estruturante e mais consistente.” (FONTANA, Gabriela. Entrevista concedida a Ligia Regina da Silva Rocha em 18 set. 2020).

Portanto torna-se evidente o potencial da Virada Cultural enquanto fenômeno social capaz de impulsionar a ressignificação do centro histórico a medida em que as iniciativas culturais que têm como pano de fundo o espaço público ganham força e se consolidam enquanto estratégia de requalificação

Considerações Finais

Este artigo teve como propósito avaliar a Virada Cultural enquanto fenômeno cultural e a sua potência à revitalização do centro histórico partindo da premissa de que o espaço urbano quando percebido de outras formas é capaz impulsionar um movimento de ressignificação na relação do indivíduo com lugares pensados inicialmente para outras finalidade.

A Virada propõe restabelecer a função social do espaço público, muito embora de maneira efêmera é possível reconhecer seu potencial legítimo para fazer com que o cidadão paulistano passe a considerar o Centro Histórico em seu cotidiano social, ou seja, como local de encontro, socialização e lazer.

Como destacado nos capítulos anteriores a Virada Cultural está consolidada há mais de uma década no calendário da cidade, com grande adesão dos munícipes e turistas de várias partes do Brasil e também do mundo, e segue atraindo milhares de pessoas a cada ano de acordo com os dados da Prefeitura de São Paulo.

De maneira unânime os entrevistados reconhecem que iniciativas culturais são capazes de promover a requalificação do espaço público desde que haja um movimento incentivado pelo poder público e intenção de estabelecer uma política que seja estruturante, contínua e comprometida de maneira concreta com a revitalização do centro histórico a exemplo do foi com a Praça Roosevelt.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. A. 1987. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascentismo de François Rabelais*. Editora Edusp 2000.
- DA MATTA, R. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. LEFÈBVRE, H. 1999. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG
- LEFEBVRE, H. 2006. *A produção do Espaço*, traduzido por Pereira, D. B. & Martins, S., Belo Horizonte. Não publicado.
- LEFEBVRE, H. 1989. *O Direito à Cultura*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PALLAMIN, V (org). *A Cidade e a Cultura: esfera pública e transformação urbana*. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2002.
- SALDANHA, N. *O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SANTOS, C.. dos. *A cidade como um Jogo de Cartas*. São Paulo: Projeto; Rio de Janeiro: EDUFF, 1988.
- SANTOS, M. 1978. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Editora Edusp 2012.
- MENDONÇA, E.M. *Apropriações do espaço público: alguns conceitos*, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628#:~:text=Interessou%20abordar%20conceitos%20sobre%20espa%C3%A7os,satisfa%C3%A7%C3%A3o%20de%20necessidades%20e%20desejos>. Acesso em: 22/11/2020
- TEIXEIRA R. A. 2019. *Carnaval de rua de São Paulo: disputas e representações* Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/vinicius_ribeiro_alvar_ez_teixeira.pdf Acesso em: 22/11/2020
- ZARPELON, L.F. 2013. *A Virada Cultural como instrumento de requalificação do Centro Histórico de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/339> Acesso em: 22/11/2020
- CABRAL, L. *A rua no imaginário social*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (60). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-60.htm> [ISSN: 1138-9788] Acesso em: 25/11/2020
- Arquitetura no Centro Histórico*. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1092295>.

Acesso em: 22/11/2020

Estatuto da Cidade

Disponível

em:file:///C:/Users/d826669/Downloads/Cidade%20e%20movimento_mobilidades%20e

%20intera%C3%A7%C3%B5es%20no%20desenvolvimento%20urbano.pdf

Acesso em: 23/11/2020

Plano Municipal de Cultura: Caderno de Consulta Pública

Disponível

em:<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/relatorios/index.php?p=19964>

Acesso em: 20/11/2020

PEREIRA, Gabriela Fontana Junqueira. Depoimento de Gabriela Fontana Junqueira Pereira. Entrevistadora: R. Ligia Regina da Silva. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, set. 2020.

VASQUEZ, Rodolfo. Depoimento de Rodolfo Vasquez. Entrevistadora: R. Ligia Regina da Silva. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, set. 2020.